

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA

“Saúde, Justiça, Cidadania”

Brasília, 29 de julho a 02 de agosto de 2003.

Oficina de Trabalho: Informação em Saúde: acertos, erros e perspectivas.

Organização: GTISP -Grupo Técnico de Informações em Saúde e População

Coordenação: Álvaro Escrivão Junior – Coordenador do GTISP – Abrasco

Relatório Final:

O GTISP, criado há mais de 10 anos, vem cumprindo sua missão de animar o debate, envolvendo os profissionais que atuam nos centros universitários e nos serviços de saúde, sobre o vasto e indefinido campo das Informações em Saúde e das Tecnologias de Informação e Comunicação que lhes dão suporte. (livro vermelho – ver referencia)

Desde o começo, antes mesmo da disseminação do uso de termos, hoje consagrados, tais como pactuação, construção de consensos, o GTISP se assumia como um espaço plural visando subsidiar a formulação de uma política nacional de informação em saúde. É um desafio gigantesco somente alcançável por meio de um amplo processo de negociação e construção de consenso.

Em outras oficinas debatemos abrangência, cobertura, compatibilização e tecnologias incorporadas dos sistemas de Informação em Saúde.

Neste Congresso entendemos que o momento é propício para se aprofundar este debate, antes que seja tarde, ou seja, antes que tenhamos “sistemas lindos e maravilhosos”, cobrindo o Brasil inteiro, mas com os velhos vícios, omissões e distorções existentes nos sistemas de informação atuais.

É preciso enfatizar que, para o GTISP - Abrasco, a área “Informação em Saúde” abrange, embora a ele não se restrinja, o campo da Tecnologia da Informação em Saúde (que é ainda designada por muitos, como informática em saúde). Entende-se que, nas sociedades contemporâneas, não é possível discutir informação de forma desarticulada da discussão das tecnologias que lhe dão suporte.

Nosso objetivo foi então, reconstruir uma agenda que consubstancie uma política nacional de informações em saúde, enquanto requisito estratégico para avanço do SUS, partindo da análise dos acertos e erros ocorridos na área, na última década.

Esta agenda está sendo construída na perspectiva da organização de uma conferência nacional de informação em saúde.

Uma das propostas da Oficina de Trabalho foi, exatamente, solicitar ao Conselho Nacional de Saúde a realização desta conferência, que será precedida, é claro, de diversos eventos preparatórios, envolvendo o Conass, Conassem e o Ministério da Saúde, além da Abrasco e de outras entidades interessadas.

Inicialmente, é preciso lembrar que as novas tecnologias de informação facilitam, cada vez mais, o controle da vida do cidadão e permitem o seu rastreamento em diferentes bases de dados. Impõe-se, portanto, discutir o limite político entre a esfera pública e a esfera privada da vida e as estratégias de uso das tecnologias de informação e comunicação de massa nas sociedades globalizadas. Em resumo: qual é o espaço do indivíduo e do coletivo, da subjetividade e do exercício de cidadania? É preciso exigir o controle social e ético sobre o monitoramento do indivíduo pelo Estado.

Neste ponto, outra questão se apresenta: as políticas de governo eletrônico - *e-gov* estão subordinadas a que interesses? Será necessário confrontar a privacidade/confidencialidade com as políticas de governo eletrônico. O tema abrange um vasto conteúdo: cadastro populacional, sistema cartão, centrais de regulação, prontuário (/ assinatura) eletrônico, as bases de dados de operadoras de planos de saúde, entre outros itens.

A Oficina de Trabalho contou com a presença de 35 profissionais representantes do Conass, Conassem, diversos órgãos do Ministério da Saúde (a ANS organizou uma reunião oficina sobre informações, nos mesmos dias da OT, mas enviou representantes na tarde do dia 30, que fizeram um relato dos temas abordados naquela reunião).

Os debates da OT guiaram-se por um roteiro que procurava contemplar, considerando as especificidades das três esferas de governo, os seguintes eixos:

- Os sistemas e as metodologias de produção e disseminação de informações de em saúde: os sistemas nacionais de informação em saúde, os inquéritos populacionais de saúde e outras metodologias de produção de informações de interesse para a saúde. Os sistemas de informação atuais devem ser aprimorados e racionalizados, garantido-se os avanços já alcançados, e será preciso estabelecer uma política de realização de pesquisas visando completar os Sistemas de Registro contínuo e mesmo validá-los.

- A utilização de tecnologias de informação com destaque para as questões da privacidade/confidencialidade, a construção de padrões, a interoperabilidade, a qualidade e os softwares livres.
- Considerando que a ABRASCO é uma organização que representa instituições de ensino e pesquisa, deu-se destaque, na construção da agenda, ao tema capacitação em Informação e TIC em saúde, bem como para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisas nesta área. Neste ponto, ressaltou-se a necessidade de investir na melhoria da capacidade analítica das equipes de saúde, aprimorando os levantamentos das necessidades de capacitação para todos os níveis de profissionais.
- Financiamento da incorporação de TIC. Neste item foram apontadas as dificuldades para usar os recursos do FUST e as duplicações de esforços para a conectividade, tendo sido requerido o estabelecimento de uma política clara e transparente de investimentos nesta área.
- Estrutura e organização da gestão da informação em saúde. Lembrou-se, neste amplo tema, que, embora exista uma disponibilidade muito grande de informações nos inúmeros sistemas não está claro quais informações estão a serviço de que parcela da sociedade brasileira.

Pretendeu-se na Oficina enfatizar o aspecto da integração. Ou seja, discutir formas de articular todas as iniciativas na área de informações e TIC em Saúde, mais especificamente visando a construção de uma Política Nacional de Informações em Saúde, que enfatize a integração. Consideramos que uma das atitudes mais prejudiciais ao movimento sanitário é o exclusivismo, que não permite uma ampliação do “público”, condizente com o seu caráter.

Esta prática é incorporada por alguns grupos e entidades que realizam suas atividades financiadas pelo público, mas que se voltam, em última análise, para os seus interesses exclusivamente particulares, provocando a perda de grandes possibilidades de articulação de importantes políticas de saúde, impedindo assim os seus desdobramentos.

Ênfase deve ser posta na relação entre Gestão em Saúde e Tecnologia de Informação e Comunicação, abordando a conhecida defasagem existente entre os avanços na TIC e sua apropriação e uso na gestão da saúde. Embora se reconheça que o desenvolvimento da TIC tem estimulado mudanças nas estruturas ultrapassadas do poder público e podem oferecer oportunidades de modernização e democratização do aparato estatal, a

implantação dessas “soluções” na área de saúde pressupõe várias mudanças nos processos de trabalho e na relação entre as unidades de diferentes tipos.

A condução das políticas públicas de saúde, nos anos recentes, redundou na existência de uma gestão dos serviços de saúde caracterizada por carência crônica e má utilização de recursos, uso insuficiente de informações técnicas na gestão e o desconhecimento dos gestores para selecionar as soluções de TIC adequadas, frente aos recursos disponíveis. Ressalte-se, aqui, que a existência de informações técnicas disponíveis para apoiar o processo de tomada de decisão, embora essencial para sensibilizar os gestores e gerentes para a importância do seu uso, não o garante, pois é, certamente, uma escolha política que os gestores têm que fazer.

O GTISP assumiu como um de seus compromissos concentrar esforços para articular as instituições de ensino e pesquisa para atender à demanda de um amplo programa de capacitação nas diversas modalidades envolvendo Educação a distância, Especialização, Mestrado Profissional, Mestrado e Doutorado Acadêmicos.